

60 ANOS DO GOLPE EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964. DITADURA NUNCA MAIS

GILBERTO MARQUES

Pedimos a permissão de escrevermos um editorial um pouco maior que o normal. Isso se justifica pela importância do tema central que ele aborda. Em 2024, completamos 60 anos do golpe empresarial-militar que iniciou a ditadura e seu regime de terror no Brasil. Não há nada a comemorar. Ao contrário, temos que ficar mais alertas ainda, dada a tentativa golpista que tomou conta do país, e, principalmente, de Brasília, em janeiro de 2023.

O texto que se segue é, também, parte dos debates e reflexões presentes no Fórum Amazônia por Verdade, Justiça e Reparação, no Fórum UFPA por Verdade, Justiça e Reparação e no Fórum de Socioeconomia da Panamazônia, e, de alguma forma, tem subsidiado as discussões e deliberações que estão sendo feitas e tomadas em diversas unidades da UFPA. Então, deve ser tomado como um texto coletivo que se apresenta por meio da revista Conexões.

GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

A cineasta Lucia Murat, prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), onde relata as torturas sofridas durante sua prisão. Então estudante universitária do curso de economia, ela foi presa em 1971 durante o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna-SP:

Eles estavam histéricos, eles sabiam que precisavam extrair alguma coisa em 48 horas, se não perderiam o meu contato. Gritavam, me xingavam, me puseram de novo no pau de arara. Mais espancamento, mais choque, mais água e dessa vez entraram as baratas. Puseram baratas passeando pelo meu corpo, colocaram uma barata na minha vagina. MURAT/CNV, p. 374)

Amelinha Teles, foi militante do Pcdob, sendo presa em 1972 quando tinha 27 anos. Também foi preso César Teles, seu companheiro e pai de seus filhos (Janaína de 5 anos e Edson de 4 anos). Amelinha foi violentada por muitos torturadores, entre os quais aquele que a recebeu, o coronel Brilhante Ustra, o mesmo que foi homenageado pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro. Em entrevista à Universa-UOL,

ela conta que seus filhos foram levados à prisão como parte das torturas (físicas e psicológicas – eles eram ameaçados de morte)

Meus filhos foram levados até mim quando eu estava na cadeira de dragão (utilizada por torturadores para dar choques) nua, vomitada, urinada, evacuada. Na cadeira de dragão você leva muito choque, colocam fios elétricos na vagina, no ânus, dedos, punhos, dentro do ouvido, e tem um fio solto que eles passam na boca, mamilos, umbigo. Eu estava num estado de penúria. A sensação era de morte o tempo todo, aquela máquina ligada com choque forte, uma situação terrível. (TELES/UOL, 2022)

E a minha filha perguntou: por que você está azul e meu pai está verde? Eu olhei para meu corpo e me dei conta de que eu tava roxa, toda roxa. O César ficou verde porque ele foi torturado vários dias e perdeu a cor. Ficou esverdeado. (TELES/YOUTUBE)

Depois o Ustra tirou a minha guarda dos meus filhos, você acredita? Ele levou meus filhos pra casa de um delegado, daí fiquei seis meses incomunicável, sem saber onde eles estavam. Se estavam vivos ou não. (TELES/UOL, 2022)

Antônio Pinheiro Salles, jornalista e militante político, preso em 1970, ficou 9 anos sofrendo tortura. Entre os agressores estava Brilhante Ustra. O jornalista publicou seu depoimento à CNV no livro *Ninguém pode se calar* (SALLES, 2014). Em texto publicado no jornal Folha de São Paulo, Salles sintetiza parte do relato.

Introduziram uma bucha de bombril no meu ânus enquanto estava pendurado no pau de arara. Junto da bucha, colocaram uma das pontas de um fio usado para dar choque. A outra extremidade do fio enrolaram no meu pênis. [...]

Perdi os dentes. Fiquei com as mandíbulas destruídas, que agora são próteses de platina. Fiquei surdo do ouvido direito e escuto parcialmente do esquerdo. Perdi parte do movimento do braço direito, meu pulso ficou completamente rasgado, passei por cirurgia de reconstrução. (SALLES/FOLHA, 2020)

VÍTIMAS EM GRANDE NÚMERO: A DITADURA NA AMAZÔNIA

A ditadura empresarial-militar se instalou no Brasil a partir do golpe de 1964 e instaurou um regime de retirada de direitos, tortura, perseguição e assassinatos. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) concluiu que naquele período ocorreram 434 mortos e desaparecidos (aqueles que foram mortos, mas seus corpos não foram encontrados). Muitos deles foram assassinados nos centros de tortura, os DOI-CODI ou outros lugares como a Casa da Morte em Petrópolis. No cemitério Dom Bosco, bairro Perus, em São Paulo, foi encontrada uma vala com dezenas de “desaparecidos” da ditadura.

O trabalho da CNV foi importante, mas sabemos que os mortos foram e número muito superior. Entre os 434 mortos e desaparecidos, 41 eram camponeses. Entretanto, o ativista, pesquisador e membro da Comissão Camponesa da Verdade, Gilney Viana, contabilizou 1.654 camponeses e camponesas mortos pelos órgãos oficiais de repressão, pelas estruturas clandestinas e por empresas associadas ao governo.

No período da Guerrilha do Araguaia estima-se que 69 guerrilheiros foram mortos. O comandante final das operações foi o major Curió, o mesmo que comandaria ao garimpo de Serra Pelada (MARQUES, 2019). Ele abriu seus arquivos para o jornal Estado de São Paulo e afirmou que 41 guerrilheiros foram executados pelo Exército depois de terem sido presos. Além dos militantes, diversos moradores locais foram torturados para deletar os guerrilheiros.

Entre os indígenas, o grande número de mortos e assassinados pode caracterizar genocídio. As grandes obras públicas (estradas, hidrelétricas etc.) levaram assassinatos, violência sexual e doenças aos povos originários. O mesmo aconteceu por meio apropriação do território desses povos por grandes empresas e latifúndios, apoiados pela ditadura.

Durante a construção da rodovia Transamazônica, os Kawahiva (Tenharim, Jiahui, Parintintin...) foram escravizados para a abertura da estrada no sul do Amazonas. Depoimentos colhidos por uma equipe coordenada por professores da UFPA e de outras universidades, em conjunto com MPF e MPT, relatam assassinatos, trabalho escravo, disseminação de doenças, apropriação do território e outras violações. Entre as doenças, a mais terrível foi o sarampo, que dizimou algumas aldeias, onde, com todos doentes e morrendo, quem ainda permanecia vivo não tinha forças para enterrar os mortos. A estrada passou por cima de aldeias e cemitérios. Uma menina de entre 9 e 10 anos teria sido “levada” (raptada) para se tornar “mulher” de um capataz da construtora (MARQUES et al, 2023).

A UHE de Tucuruí no Pará foi construída a partir do deslocamento forçado de povos indígenas e ribeirinhos que habitavam aquela região. O mesmo aconteceu com a UHE Balbina-AM sobre Waimiri-Atroari (Kinja). A construção da BR 174, ligando o Amazonas à Roraima e à Venezuela, foi entregue ao Exército, que diante da oposição dos Kinja, teria bombardeado esse povo em diversos momentos, por terra, rio e ar (CEDVMJA, 2014).

Estima-se que 5 mil Cinta Larga foram mortos desde antes do golpe e no decorrer da

ditadura. Os Waimiri-Atroari foram pelo menos 2 mil mortos. Os Kawahiva Jiahui, de mais de 1 mil foram reduzidos a 6 pessoas em seu território. Os Tenharim do Igarapé Preto, de algumas centenas de pessoas, foram reduzidos a aproximadamente 20 indígenas (MARQUES et al, 2023). Muitos outros povos também foram massacrados, como foi o caso dos Yanomami, povos do Xingu, do rio Negro, do Tapajós e outras regiões da Amazônia e do Brasil.

Os crimes cometidos pelos agentes de Estado e por representantes de empresas durante a ditadura continuam na impunidade e, por isso, estimulam novas tentativas de golpe.

UNIVERSIDADES PÚBLICAS E UFPA

A ditadura começou com Castelo Branco como Presidente da República e foi substituído por Costa e Silva, que em 1968 decretou o AI-5, fechando o Congresso Nacional e endurecendo ainda mais o regime repressivo. Na reunião ministerial que decidiu pela edição deste instrumento, o então Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, encorajou o Presidente afirmando: “Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência” (PASSARINHO/FOLHA). Com o derrame cerebral sofrido por Costa e Silva, Emílio Médici assume a Presidência e conduz um período de maior repressão, tortura e assassinatos do governo ditatorial.

As Universidades públicas também sofreram com as violações e crimes cometidos pela ditadura. A reforma universitária teve como um dos objetivos desarticular os processos de resistência. Professores(as) foram demitidos, presos, torturados – o professor Ruy Barata foi um dos perseguidos, Camilo Montenegro Duarte e Orlando Sampaio Silva foram aposentados compulsoriamente em 1969. Edna Castro foi destituída da função de professora e ficou sem receber salários por seis meses até conseguir reverter a situação. Igual e até mais intensa repressão aconteceu com militantes do movimento estudantil. Edson Luís, estudante paraense secundarista, foi assassinado por um policial militar no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, em 1968. César Moraes Leite, estudante de Matemática de 19 anos foi morto por um agente da repressão numa sala de aula do pavilhão F do básico (UFPA Belém) em 1980.

Raymundo Heraldo Maués, professor da UFPA, era militante da Ação Popular (AP) quando foi preso e torturado: “aí em alguns momentos, altas horas da noite, ele (major Ulisses) ia e nos pegava, individualmente, nos levava para uma sala,

onde havia várias pessoas fortes, que nos davam esses tapas e queria que a gente confessasse as coisas" (MAUÉS apud FONTES, 2018, p. 113). O discente do curso de Direito da UFPA, Pedro Cruz Galvão de Lima, em 1964 era presidente da União Acadêmica Paraense (UAP), quando o Exército invadiu a sede da entidade e o prendeu. Cláudio Salles, estudante de medicina foi preso no presídio São José (Belém). Ao ser solto, concluiu o curso de medicina e fez concurso para o cargo de professor da UFPA, mas a Assessoria de Segurança e Informação (ASI/SNI) aconselhou o reitor Aracy Barreto a não o contratar. Ele não foi contratado (FONTES, 2018).

Aluizio Lins Leal, que foi preso em quartel de tropa de choque do Exército quando ainda estudante, ficou proibido de ter acesso a qualquer concurso público, e só veio a se tornar professor, por concurso, quando a ditadura já estava em fase terminal, tendo vindo a encontrar à sua frente, na carreira de professor, pessoal que ainda era estudante quando ele já era professor em escolas privadas¹. Hecilda Mary Veiga, se tornou professora da UFPA, mas, antes, foi presa e torturada. "Lembro que foi uma semana sem dormir, aquela tortura dos refletores que você vê no cinema, esses filmes, e que não podia comer, que não podia beber água". (VEIGA apud FONTES, 2018, p. 121)

Também professor da UFPA, João de Jesus Paes Loureiro, quando ainda era estudante do curso de Direito, foi preso em Belém e enviado ao Centro de Informações da Marinha (CENIMAR, no Rio de Janeiro). Lá foi torturado. Meses depois foi solto e concluiu seu curso. Foi escolhido para ser o orador da turma na solenidade de formatura².

Quando se aproximava a colação, veio um documento do comando da revolução para faculdade de Direito, cujo diretor era o professor Aloísio Chaves. [...] se eu fosse mantido como orador, o prédio seria interditado, por ser um prédio público e não poderia um subversivo ser um orador. A direção da faculdade queria a mudança. A solução foi o silêncio. Eu seria o orador sem fazer o discurso. [...] no dia da colação a faculdade foi cercada. Quando chamaram o meu pai para colocar o anel, todos levantaram, os alunos, seus paraninfos, pais, professores da faculdade, e aplaudiram de pé [...]. Foi um ato de apoio à minha pessoa. (LOUREIRO apud FONTES, 2018, p. 114)

Mas todos esses casos de perseguição, torturas e assassinatos não impediram

1. Depoimento pessoal prestado em reunião da Congregação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA).

2. Depoimentos colhidos diretamente e/ou concedidos à Comissão da Verdade da UFPA e sintetizados em Edilza Fontes (2018).

que diversas universidades brasileiras homenageassem os torturadores-ditadores daquele período. A UFPA concedeu o título de doutor honoris causa à Tarso Dutra (Resolução do CONSUN nº 2, de 16 de junho de 1967), ministro da educação do presidente ditador Costa e Silva. O próprio Costa e Silva recebeu essa honraria, também concedida à Jarbas Passarinho (Resolução do CONSUN nº 64, de 20 de dezembro de 1971) e Emílio Médici (Resolução do CONSUN UFPA nº 26, de 17 de setembro de 1970). Não são homenagens a quaisquer pessoas. A UFPA concedeu sua maior honraria aos dirigentes do regime de terror, a quem conduzia as mortes, tortura e cerceamento das liberdades civis.

Tortura é um ato que pode ser caracterizado como crime contra a humanidade (na jurisprudência do Estatuto de Roma e da Corte Interamericana de Direitos Humanos). No caso da ditadura empresarial-militar brasileira, essa forma de violência ocorreu entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, mas, de alguma forma, se prolonga pelo presente, particularmente quando permanece atualmente na impunidade e/ou reverenciada por políticos e setores da sociedade. De acordo com determinadas compreensões, entendida como crime contra a humanidade, a tortura pode ser tomada como um crime que não se prescreve. Os torturados podem e devem ser responsabilizados e criminalizados.

Afirmamos mais uma vez: a manutenção das homenagens aos dirigentes-torturadores alimenta a violência e as tentativas de golpe no presente. Cecília Coimbra, professora aposentada da UFF, foi presa e torturada em 1979. Ela lembra que "A ditadura não tá lá, há 60 anos atrás, não. A ditadura está aqui também. A ditadura como dizem as mães de desaparecidos das favelas, de mortos e assassinatos... A ditadura está aqui." (COIMBRA/ANDES/YOUTUBE)

Não bastasse isso, nos anos 2000, a administração superior da UFPA nominou o campus Belém como José da Silveira Neto, reitor sustentado pelos militares e que, segundo algumas denúncias, teria mantido esquemas de monitoramento da ditadura dentro da UFPA.

Criada em 1957, a UFPA se aproxima de sete décadas de existência formal e se consolidou como a maior instituição científico-acadêmica da Amazônia. Conta com uma população universitária direta de 61.690 pessoas (dados de 2022), afora os(as) terceirizados(as), trabalhadores(as) informais e empregados(as) de outras empresas que exercem suas atividades nos campi da instituição. São 39.728 estudantes em 584 cursos de graduação, 1.284 discentes da educação

básica, 4.616 da educação profissional (técnica e cursos livres de idiomas), 4.616 na pós-graduação, 2.997 docentes (efetivos/as e temporários/as) e 2.458 técnico-administrativos(as). Ao todo, 1.063 projetos de extensão estavam em execução em 2022 e 585 projetos e programas de extensão. Apesar de todo o corte orçamentário sofrido nos últimos anos, seus dois hospitais universitários realizaram 5.599 cirurgias e 263.988 consultas naquele ano. A instituição se colocou como missão “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável” e entre seus princípios consta “A defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente” (UFPA/PROPLAN, 2023). Uma instituição da ciência, com essa imensidão e importância, que preza pela vida e que faz história não pode correr o risco manter erros históricos gravíssimos.

REPARAÇÃO

A UFPA constituiu sua própria Comissão da Verdade em 2014 (a partir de proposição ao Conselho Superior da instituição no ano anterior). Foi a Comissão César Moraes Leite. Ela realizou seus trabalhos e entregou seu relatório final, com depoimentos, comprovações de violações e recomendações. Acontece que até hoje o relatório não foi apreciado pelo Conselho Superior.

Felizmente, outras universidades já caminharam no sentido contrário ao silêncio. Algumas universidades já cassaram essas honrarias. Foi o caso, por exemplo, da UFRJ, Unicamp, UFRGS, UFPel e UFPR. Mais que isso: a partir do projeto Diplomação da Resistência, a USP aprovou a concessão de diplomas aos 33 estudantes da instituição que foram mortos pela ditadura. O projeto faz parte de uma iniciativa institucional que envolve a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) e o coletivo Vermelhecer, tendo como fim o reconhecimento e a reparação pelas violências sofridas. Igual ação está sendo conduzida na UFMG.

A Universidade de Brasília concedeu o diploma de geólogo, post mortem, a Honestino Monteiro Guimarães. Na solenidade de diplomação, a reitora Márcia Abrahão, em nome da UNB, pediu desculpas à família do estudante. Esse foi o primeiro diploma pós-morte concedido na história da instituição. O estudante foi expulso da universidade em 1968 por causa da oposição à ditadura. Em 1971 se tornou presidente da UNE e em 1973 foi preso e desaparecido (morto) pela ditadura. Seu primo, Sebastião Neto, recebeu o diploma e afirmou: “Esperamos que possa

haver um programa e uma deliberação relativa a tantos jovens na mesma situação do Honestino em várias universidades. Eu acho que deveria haver uma ação nacional de reconhecimento e diplomação" (NETO/BRASIL DE FATO).

Não nos cabe, nem pelo passado de 1964, nem pelas ameaças do presente, manter homenagens a quem comandou o regime de assassinatos e torturas. Ditadura nunca mais! Reparação Já!

Esse tema está presente no atual número da Conexões. Os artigos que tratam da construção da UHE Balbina e do processo de grilagem de terras no Amazonas abordam especificamente o período da ditadura, assim como o relato pessoal do professor Roberto Corrêa, preso durante os "anos de chumbo". Outros temas presentes são a expropriação de direitos na Amazônia no que se nominou de (neo)desenvolvimentismo, o extrativismo mineral na região e suas contradições econômicas e sociais e, por fim, a mobilização ribeirinha e os conflitos dos condutores de turistas para a ilha do Combu, em Belém.

Como se pode observar, temos um número denso e instigante da revista Conexões. Boa leitura. Boas reflexões. Muitas inquietações.

REFERÊNCIAS

CEDVMJA - COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS. **A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari: 'por que kamña matou kiña'?** Manaus, 2014.

COIMBRA, Cecília. **Andes-SN**. <https://www.youtube.com/watch?v=IKWukTrhZtQ>, acessado em 30/07/2024.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE/CNV – **Relatório Final**. Brasília, 2014. In: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf

CURIÓ, Major. **Estadão**. <https://www.estadao.com.br/politica/curio-abre-arquivo-e-revela-que-exercito-executou-41-no-araguaia/>

FONTES, Edilza. A Comissão da Verdade na Universidade Federal do Pará: a criação de um acervo digital com testemunhos de violações dos direitos humanos. **História**

Oral, v. 21, n. 2, p. 109-129, jul./dez. 2018. In: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/827/pdf>

MARQUES, Gilberto. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARQUES, Gilberto et al. Paranapanema. In: TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília. **Informe Público. Projeto a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura Aracruz, Cobrasma, CSN, Docas, Fiat, Folha de S. Paulo, Itaipu, Josapar, Paranapanema e Petrobras**. São Paulo: CAAF/UNIFESP, 2023. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf

MURAT, Lúcia. **COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE/CNV – Relatório Final**. Brasília, 2014. In: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf

NETO, Sebastião. **Brasil de Fato**. <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/27/unb-entrega-diploma-postumo-a-familia-de-honestino-guimaraes-morto-pela-ditadura-militar>, acessado em 28/07/2024.

PASSARINHO, Jarbas. **Folha de São Paulo**. <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html>, acessado em 30/07/2024.

SALLES, Antônio Pinheiro. **Ninguém Pode Se Calar - Depoimento na Comissão Nacional da Verdade**. Goiânia: Kelps, 2014.

SALLES, Antônio Pinheiro. **Folha de São Paulo**. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/o-heroi-de-bolsonaro-me-torturou-diz-jornalista-presos-por-9-anos-pela-ditadura.shtml>, acessado em 30/07/2024.

TELES, Amelinha. <https://www.youtube.com/watch?v=kFqm0OcJDDk>, acessado em 30/07/2024.

TELES, Amelinha. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/05/04/tortura-e-ferida-que-nao-cicatrizava-diz-amelinha-vitima-da-ditadura.htm>, acessado em 30/07/2024.

UFPA em números, 2024. <https://ufpanumeros.ufpa.br/>

UFPA. PROPLAN. **Relatório de Gestão 2023.** [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/dinfi/relatorio de gestao/rg_2023_2.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/dinfi/relatorio_de_gestao/rg_2023_2.pdf)